



Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba de 2015

Ao trigésimo dia do mês de Janeiro de 2015, no auditório da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA, com início às 13h45, aconteceu a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba – CGS de 2015, que teve como pautas: **1) Fiscalização na estrada da Sabiaguaba; 2) Levantamento dos proprietários de barraca e moradores da faixa de praia; 3) Revisão do Plano de Manejo; 4) Sede das Unidades de Conservação e Centro de Referência do Parque Natural das Dunas da Sabiaguaba; 5) Projeto da CAGECE na Gereberaba;** Representando a Presidente do CGS, Mairlon Moreira procedeu a abertura da reunião, iniciando pela pauta referente à fiscalização na Estrada.

1) Mairlon manifestou que, de acordo com a Lei Complementar 140 de 8 de Dezembro de 2011, em seu Art. 17: *“Compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.”* Dessa forma, a Coordenadoria de Fiscalização Integrada (COFIS/Seuma) foi a campo e fez um relatório, contendo observações confrontadas com o Plano de Manejo. Após a elaboração do relatório, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) foi oficiada para tratar das irregularidades, especialmente no que tange ao tipo de pavimentação, para providências. Foi chamado à frente o assessor jurídico da Seuma, Sr. Marcos Paulo, que prestou esclarecimentos quanto à ação civil pública, do Ministério Público (MP), que envolve o tema da estrada. Nessa ação, é solicitada a paralisação das obras por conta de algumas irregularidades presentes no processo de execução do projeto, de modo particular o piso, para que haja um ajustamento. De acordo com Sr. Marcos Paulo, a Seuma já prestou esclarecimentos formais, que foram anexados ao processo, em forma de pareceres técnicos, relatórios e ofícios enviados ao Departamento Estadual de Rodovias (DER), Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (Seinfra) e Semace, que alertavam quanto ao descumprimento das condicionantes da anuência urbanística, bem como recomendações do Plano de Manejo, que solicitava o tipo de pavimentação menos impactante – o que foi ratificado por Thaís Holanda (CPA/Seuma).

Sr. Rusty de Castro (ASADOECOMUNAM) manifestou sua preocupação, além da pavimentação: enquanto proprietários regulares tiveram que ser desapropriados, para cumprir o projeto da estrada, ocupantes irregulares permanecem e *“nada é feito”*. Além disso, questionou se a área da praça que está sendo usada para a implantação da estrada está condizente com o projeto.

O conselheiro de Sr. Rozimar Maurício (ANDA) enfatizou que a comunidade da Sabiaguaba não tem interesse na paralisação da obra, porque ela precisa da estrada, o que a conselheira D. Maria das Graças (AMAG) ratificou.

Sra. Thaís Campos (AQUASIS) questionou se, mesmo com essa ação civil, a obra continuará acontecendo. Sr. Marcos Paulo esclareceu que somente após uma decisão do juiz é que será tomada alguma ação, e se colocou à disposição para quaisquer questionamentos. Thaís agradeceu a presença do assessor jurídico da Seuma, Marcos Paulo, pelos esclarecimentos dados.

2) Quanto ao Levantamento de moradores e proprietários de barracas na faixa de praia da Sabiaguaba, o conselheiro Rozimar, explicou o motivo de ter demandado essa pauta ao CGS: segundo ele, dois técnicos da Semace chegaram na comunidade para efetuar esse levantamento, e solicitou que os representantes da Semace explicassem melhor para que seria. Sr. Leandro Monteiro (Semace) manifestou que essa demanda foi feita pelo Ministério Público, através de um processo que data de 1998, como seu início. Na época, segundo Leandro, houve algumas autuações a proprietários de barracas e residências, tendo em vista que se encontravam e se encontram em Área de Proteção Permanente (APP), o que, segundo a lei, é proibido. Ao tramitar desse processo, o MP pediu que a Semace fizesse o levantamento para analisar quantos moradores e barraqueiros estão na APP, porém, ao encontrarem o S. Rozimar no local, os técnicos da





47 Semace conversaram com ele e conseguiram a informação de que esse estudo já foi anteriormente feito
48 pela Seuma, na gestão municipal passada. Ao obterem essa informação, os técnicos paralisaram o
49 levantamento, e oficiaram à Seuma para conseguir os dados desse levantamento, incluindo o número de
50 pessoas autuadas na região e os que firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a
51 Prefeitura.

52 Sr. Rozimar declarou que os moradores da Sabiaguaba querem *"viver como cidadãos, dentro da lei. E a*
53 *partir do momento que o MP determinar que os moradores e barraqueiros da região devem sair, ele estará*
54 *transformando o povo de lá em marginais, porque ali é o único meio de sobrevivência deles"*.

55 Srta. Beatriz Azevedo (Boca do Golfinho) questionou se não haveria como regularizar essas pessoas. Sr.
56 Luiz Gustavo (CONPAM/COBIO) disse que, legalmente, não se pode, tendo em vista que estão em APP, o
57 que foi ratificado pelo S. Rozimar. Beatriz manifestou que, enquanto CGS, poderiam os conselheiros
58 pensar em soluções para essas pessoas que podem ser desapropriadas, como por exemplo o turismo
59 ecológico e sustentável: *"só não podemos desampará-las"*, disse. Sr. Luiz Gustavo (CONPAM/COBIO)
60 sugeriu que fossem convocados para a próxima reunião ordinária, como forma de pensar estratégias para
61 essas pessoas, convidando o MP/CE, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Secretaria Municipal de
62 Turismo, Semace, juntamente ao Conselho. Sra. Ilka Braide (conselheira representante da SETFOR), que
63 está sempre presente nas reuniões do CGS, colocou-se à disposição para pensarem juntos.

64 Sr. Mairlon Moreira questionou se realmente há a intenção de desapropriação no local pelo MP, tendo em
65 vista que a Seuma não tem ciência desse processo, muito menos dessa pretensão. Exemplificou que
66 também houve uma intenção de desapropriar donos de barracas na Praia do Futuro, e não conseguiram.
67 Rusty respondeu que não conseguiram desapropriar porque *"lá os proprietários têm alto poder aquisitivo*
68 *e possuem advogados, enquanto os moradores e barraqueiros da Sabiaguaba não têm condições financeiras*
69 *pra isso"*. Sr. Mairlon reforçou a importância da proposta colocada de convidar o MP para uma reunião do
70 CGS para compreenderem melhor do que se trata esse processo, e para que a comunidade possa
71 apresentar sua realidade. Thaís Holanda colocou a observação de que quanto à proposta de turismo
72 sustentável, é importante que se observe o que Plano de Manejo diz em relação a atividades no local, além
73 de observar também o Projeto Orla de Fortaleza. Beatriz (Boca do Golfinho) completou que, caso o Plano
74 de Manejo não mencione o turismo sustentável, que, durante a sua revisão, isso pudesse ser observado.

75 Sr. Genário Azevedo (CEPEMA) mencionou que na gestão municipal passada, em 2010, foi realizado um
76 levantamento por imagens aéreas do município de Fortaleza em altíssima resolução, e disse que quem
77 tiver interesse em obter, é preciso solicitar aos órgãos que o possuem: como a Sepog, Seuma, dentre
78 outras secretarias.

79 Para finalizar a pauta, Sra. Eliê Regina (Semace) manifestou que a Semace possui total interesse em
80 continuar frequentando as reuniões do CGS, como forma de dialogar com a área de relevante interesse
81 social e ambiental, que é a Sabiaguaba. Leilane Barros (CPA/Seuma) agradeceu a presença e disposição da
82 Semace, e respondeu que, dentre os envios para convocação de reuniões do Conselho, seriam inclusos
83 como destinatários, para que possam participar e dar suas contribuições.

84 3) Iniciando a pauta sobre a Revisão do Plano de Manejo, Rusty antecipou o grande interesse de que essa
85 revisão aconteça, para que mais estudos e análises possam ser observados, como forma de proteger,
86 preservar e ordenar a Sabiaguaba. Somando essa à pauta anterior, Rusty acrescentou que existem pessoas
87 morando na APP, há muitas gerações, inclusive antes mesmo que a lei fosse criada, e disse que a perda
88 seria muito mais do que a terra, mas também da própria história dessas famílias, que cresceram lá: *"teve*
89 *gente que morreu só por receber um TAC"*. Muitas delas, acrescentou Rusty, conseguiram autorizações,
90 datadas de muitos anos atrás, para estarem no local com os órgãos de competência (SPU), e estão sendo
91 autuados. Fez a ressalva de isso ser colocado na revisão do Plano de Manejo e nas próximas reuniões.
92 Além disso, mencionou sobre as propriedades particulares de níveis sociais mais elevados, que estão





93 privatizando espaços na praia, construindo muros e casas, como está acontecendo na Cofeco. Reforçou a
94 necessidade de os conselheiros se unirem e fazerem cada um seu papel dentro da sua área respectiva,
95 como forma de trabalharem mais em prol da Sabiaguaba.

96 Thaís Holanda expôs a necessidade de revisão do Plano de Manejo. Sr. Genário Azevedo (CEPEMA)
97 discordou e manifestou que não considera que seja necessário revisar. Thaís Holanda disse que já havia
98 previsão de ser revisado até 2017, e que seria importante já iniciar o processo, principalmente em
99 aspectos que os conselheiros considerem adequado contemplar. Thaís Holanda propôs que o Grupo de
100 Trabalho do CGS, para tratar da Sede e Centro de Referência das Unidades de Conservação, também
101 pudesse trabalhar a temática da revisão, com os principais pontos a serem abordados e trabalhados,
102 juntamente à UFC. Sr. Genário sugeriu que fosse chamado o Prof. Jeovah Meireles (UFC) para apresentar o
103 Plano de Manejo ao CGS.

104 4) Thaís Holanda, iniciando a pauta sobre a Sede das Unidades de Conservação e Centro de Referência do
105 Parque Natural das Dunas da Sabiaguaba, informou que, no dia 19/01/2015, a Seuma, juntamente ao Sr.
106 Rozimar (representando o GT CGS) e ao Sr. Fábio Valério (Base Incorporações), fizeram uma visita nas
107 áreas institucionais, previstas no loteamento Lago Dourado (processo Seuma nº 1348/2014), para que
108 seja implantada a sede administrativa. Apresentaram fotos da visita e a imagem da área que consta do
109 projeto. Ao passar as fotos, Sr. Francisco Teixeira (S. Picolé - ACOMP) fez a denúncia de que próximo ao
110 hotel Porto D'Aldeia, ao final da estrada, estão acontecendo invasões: pessoas estão ocupado o espaço
111 público e construindo barracos, sendo confirmado pelo conselheiro Rozimar. A Seuma se comprometeu a
112 articular com a Reginal VI para providências.

113 Thaís Holanda mencionou que, em reunião anterior, foi citada a possibilidade de a sede ser no local onde
114 será construído o estande de vendas do loteamento. Primeiramente, poderia se ter uma sala para as
115 reuniões do CGS, e após a finalização das vendas, o local todo ficar disponível. Propôs ainda que os
116 detalhes, inclusive as disposições de uso do estande/sede, pudessem ser discutidos no GT, juntamente
117 com a Base e com a Seuma, o que foi acordado entre os presentes. Ficou, assim, agendada uma reunião
118 para tratar desse assunto, além de tratar das áreas institucionais e verdes, que poderão ter praças,
119 quadras de esportes, ciclovia. A reunião ficou agendada para o dia 26/02/2015 com local e horário a ser
120 definido com antecedência e comunicada ao Conselho e à Base. Rusty sugeriu que a reunião fosse na Base
121 Incorporações.

122 Fábio ressaltou, no entanto, que em algumas das áreas previstas para serem institucionais e verdes,
123 foram invadidas e estão com ocupantes e regulares, e não soube precisar o que será feito. S. Rozimar disse
124 que acredita que não serão desapropriados. Fábio (Base) previu que o lançamento das primeiras quadras
125 do loteamento seja em Outubro e Novembro, e que antes disso o estande já precisa estar pronto.
126 Possivelmente ele será alocado o mais próximo possível da Av. Maestro Lisboa, onde tenha maior
127 visibilidade. Fábio finalizou dizendo que a Base Incorporações está à disposição e aberta ao diálogo com o
128 Conselho, Seuma e com quem mais precisar. Beatriz questionou quem faria a manutenção dessa Sede e do
129 Centro de Referência. Thaís Holanda respondeu que a responsabilidade pela manutenção de áreas verdes
130 é da Emlurb.

131 5) Quanto ao abastecimento de água na comunidade da Gereberaba, através de contato com Delano
132 Gondim (Cagece) foi informado à Seuma, através de contatos telefônicos e e-mails, que já estão em fase de
133 finalização da obra e que, dentro de poucos dias, todas as casas cadastradas seriam abastecidas.

134 Sobre demais considerações, Sr. Picolé mencionou que na Abreulândia possui uma área de marinha, que
135 está sendo invadida por pessoas, que estão ocupando o local. Propôs que a Prefeitura interviesse e
136 utilizasse do espaço para construção de espaços de lazer para a comunidade local.

137 **Resumo dos encaminhamentos:**

138 1) Inserir Semace nos contatos para convocação das reuniões do CGS;





- 139 2) Colocar na pauta da próxima reunião ordinária sobre a situação dos moradores e proprietários de
140 barracas da faixa de praia da Sabiaguaba;
141 3) Convidar MP e SPU para a próxima reunião ordinária;
142 4) Articulação com COFIS e SR VI para fiscalização das invasões próximo ao hotel Porto D'Aldeia;
143 5) Convidar Prof. Jeovah Meireles (UFC) para apresentação geral do Plano de Manejo ao CGS;
144 6) Reunir equipe do CGS e CPA SEUMA, com finalidade de tratar da revisão do Plano de Manejo;
145 7) Reunião com Base Incorporações, GT do CGS e Seuma no dia 26/02/2015 à tarde com local e horário a
146 ser definido com antecedência e avisado aos conselheiros;
147 8) Articular com COFIS e CPA, para fazer uma vistoria com S. Picolé para avaliar a situação mencionada
148 quanto à área de marinha que está sendo invadida.

149 Ao final da reunião, Leilane Barros reforçou que as datas de reuniões do ano de 2015 já estão
150 programadas e foram divulgadas na última reunião de 2014. Além disso, foram distribuídos calendários
151 do ano de 2015 a todos os presentes, e neles já constam as reuniões do CGS do ano todo.

152 Estiveram presentes representantes de onze instituições, sendo estas:

Instituição	Conselheiro(a)/Representante
1 Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA	Mairlon Moreira (representando)
2 Secretaria Regional - SER VI	Júlio F. Santos (representando)
3 Secretaria Municipal de Turismo de Fortaleza - SETFOR	Ilka Maria de Aguai Braid
4 Associação Náutica e Desportiva da Abreulândia - ANDA	Rozimar Maurício de Souza
5 Coordenadoria de Biodiversidade - CONPAM/COBIO	Luiz Gustavo Fagundes Bezerra
5 Procuradoria Geral do Município - PGM	Patrícia Oliveira Barros (representando)
6 Associação Náutica Desportiva da Abreulândia - ANDA	Rozimar Maurício de Souza
7 Associação dos Moradores e Amigos da Gereberaba - AMAG	Maria das Graças B. da Silva
8 Assoc. Comerciantes e Moradores da Praia Abreulândia ACOMPA	Francisco P. Teixeira (S. Picolé)
9 Associação de Amigos do Ecomuseu Natural do Manguê da Sabiaguaba - ASADOECOMUNAM	Rusty de Castro
10 Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente - CEPEMA	Genário Azevedo
11 Assoc. Pesquisa e Preservação Ecosistemas Aquáticos - AQUASIS Associação Boca do Gofinho	Thaís Moura Campos Vila Nova Beatriz Azevêdo de Araújo

153 Instituições que justificaram ausência: CMFor.

154 A reunião contou ainda com alguns participantes:

Instituição	Visitante	Instituição	Visitante
1 CPA/SEUMA	Thaís Holanda	5 ASJUR/SEUMA	Marcos Paulo
2 CPA/SEUMA	Leilane Barros	6 BASE Incorporação	Fábio Valério
3 SEMACE	Eliê Regina	7 CMFor - Ecos da Cidade	Geovana Patrício
4 SEMACE	Leandro Monteiro	8 Projeto Verde Luz	Sara Talita

155 As demais instituições do CGS, que se ausentaram, não apresentaram justificativa.

156 Fortaleza, 27 de Março de 2015.

157 Assinatura dos Conselheiros:

Maria das Graças B. da Silva

Geovana Patrício

Rozimar Maurício de Souza

